

# CONCLUSÃO

## Ficar para trás ou queimar etapas?<sup>1</sup>

### De e-gov.br a e-dem.br

Acreditamos que o e-governo será a próxima revolução brasileira, mas há duas condições fundamentais para que isso se concretize. Primeiro, a informática e as telecomunicações e, no âmbito da área pública, as ações de governo eletrônico devem deixar de ser assunto exclusivo das elites brasileiras. Em agosto de 2003, a grande maioria dos usuários de Internet pertencia às classes A e B, dada a grande exclusão digital que ainda prevalece no Brasil. O e-governo tem que ser uma revolução democrática. O uso dos meios eletrônicos pode fortalecer o exercício da democracia. No entanto, isso não acontecerá espontaneamente. A tecnologia não traz em seu bojo a democracia: ela pode atender a sociedades democráticas, mas igualmente a tiranias e ditaduras. A segunda condição é, então, que haja uma forte política pública de apoio à inclusão digital e à mobilização social em torno desse objetivo — o exercício da democracia.

No livro, mostramos que o Brasil já fez muito. O país chegou à liderança mundial em áreas como eleições eletrônicas e declarações tributárias entregues por meio da Internet. Mas ainda falta muito a fazer — o calcanhar-de-aquiles do Brasil é a imensa dívida social, manifestada, entre outras maneiras, na forma de exclusão digital, e para essa dívida a telemática promete muito como instrumento para saldá-la.

Uma parte fundamental do processo de estabelecimento de uma futura democracia eletrônica é a criação de governos eletrônicos, com serviços e informações que realmente atraiam as pessoas, por tratá-las como cidadãos valorizados, e não como objetos de exploração, para os quais se criam dificuldades para vender facilidades, não respeitando o valor de seu tempo nem de suas necessidades. Acreditamos no governo eletrônico. Afinal, o uso de meios eletrônicos permite transparência, participação, controle social e *accountability*. Democracia eletrônica, que é o resultado final da revolução que esperamos, pressupõe informação disponível em qualquer lugar, a qualquer hora e para todos, com valor para o indivíduo, na ampliação do exercício da cidadania.

Informação possui um alto valor econômico e sua aplicação produz emprego e renda. Informação sistematicamente distribuída e acessível estimula o controle social do Estado pela sociedade organizada. Assim, o governo eletrônico deve ser parte integral da democracia eletrônica, que tem muito a fazer para tornar-se uma realidade para a grande maioria dos cidadãos.

Precisamos de uma consciência generalizada dentro da sociedade brasileira sobre a importância da democracia eletrônica para queimar etapas no desenvolvimento econômico, social e político. Esperamos que nosso livro contribua para a criação dessa consciência.

## **Correr para ficar para trás?**

No campo de e-governo, bem como em outras áreas, não dá para ser lento. Um país pode perder lugar para outros países mais velozes. O Brasil pode queimar etapas, em vez de perder posições. O que é necessário é uma visão compartilhada dentro do governo e com outros atores-chave — governos estaduais e municipais, setor privado e terceiro setor. Para a empresa de consultoria Accenture, na quarta revisão anual do mundo de e-governo (*e-Government leadership: engaging the customer*, disponível em [www.accenture.com](http://www.accenture.com)), o Brasil já passou da primeira etapa de maturidade, ‘presença on-line’, para a segunda, que é chamada ‘capacidade básica’. A terceira é a ‘disponibilidade de serviços’, e a quarta, a ‘entrega madura de serviços’.

O que caracteriza a quinta etapa, alcançada desde 2002 pelo Canadá? A visão consiste em melhorar a entrega de serviços aos cidadãos e às empresas. A principal medida de êxito é a porcentagem dos cidadãos que usam os serviços do e-governo. O e-governo não é mais uma iniciativa isolada, mas parte de uma transformação mais ampla dos serviços governamentais. Existe integração de diversos canais para chegar até eles — Internet, telefone, fax e atendimento presencial. A organização, os processos e a tecnologia mudam não só dentro das agências governamentais, mas por meio delas.

O Brasil pode chegar lá. É preciso liderança política, coordenação e integração entre ministérios e outras agências governamentais, otimização dos recursos econômicos existentes e, especialmente, um grande esforço na área de inclusão digital. O Canadá teve 71% da população usando a Internet frequentemente no ano 2002, o Brasil teve 11%. Não há maneira de queimar etapas no Brasil sem coletivizar o acesso à Internet para as classes C, D e E e, ao mesmo tempo, procurar baixar os custos de acesso, aumentando a concorrência, melhorando a tecnologia e avaliando o uso do software livre.

## **Mutirão digital já**

Promover a inclusão digital e social é fundamental para o desenvolvimento econômico. O que é socialmente justo é também economicamente necessário e pode trazer benefícios tanto políticos como econômicos aos seus promotores. O Brasil deseja mudanças que sejam capazes de criar um ambiente de promoção do crescimento econômico, que gerem emprego e renda. Um dos melhores meios para realizar essas mudanças é aproveitar o potencial da revolução digital, uma convergência de tecnologias que abaixa rapidamente o custo de processamento,

armazenagem e transmissão de dados, informação e conhecimento, permitindo a inovação e a quebra de paradigmas.

O que se precisa é de um grande mutirão digital que some os esforços dos governos, das empresas e do terceiro setor, alcançando sinergias e economias de escala importantes. Uma concorrência saudável entre partidos, estados, municípios e tecnologias pode acelerar esse mutirão.

Os primeiros passos para esse mutirão já vêm sendo tomados. Considere alguns exemplos:

- ❶ Vários bancos brasileiros têm suas fundações — por exemplo, a Fundação Bradesco e a Itaú Social, sem falar da Fundação do Banco do Brasil. A Fundação Bradesco oferece educação básica, profissional e para jovens e adultos em todos os estados brasileiros e no Distrito Federal. Só para se ter uma idéia, em 2003 a fundação previa o atendimento de 105 mil alunos. Quanto à educação para jovens e adultos, que compreende alfabetização, ensino fundamental e ensino médio, a fundação previa para 2003 o atendimento de 20.734 alunos, por meio das 33 escolas e 54 empresas conveniadas. A metodologia utilizada para esse tipo de educação tem como base material impresso e programas de vídeo produzidos em parceria com a Fundação Roberto Marinho e é apoiada por uma monitoria local. Outro projeto desenvolvido pela Fundação Bradesco é o portal de e-learning Escola Virtual, que trabalha com recursos de colaboração síncrona e assíncrona, possui arquitetura para até 150 mil alunos e oferece cursos de informática e para formação de professores em parceria com Microsoft, Cisco, Intel, NIIT e Aban. Para 2003, a Escola Virtual previa o atendimento de 25 mil alunos.<sup>2</sup> As organizações Globo têm a Fundação Roberto Marinho, o Canal Futura (canal de televisão educacional) e o Telecurso 2000.
- ❷ Em São Paulo, os *telecentros* da prefeitura e os *infocentros comunitários* do Estado contam com parcerias entre os governos, empresas públicas e privadas e ONGs. Pode-se esperar uma aceleração do *rollout* desses centros de acesso coletivo à Internet. No Rio, o GloboCabo já cedeu sua rede de fibra óptica para transmitir dados de câmeras de TV em toda a orla marítima ao centro de comando da Polícia Militar, aumentando a segurança dessa região vital ao turismo e à recreação dos cariocas. Também no Rio, a versão on-line do *Jornal do Brasil* trabalha na informatização da favela da Rocinha.
- ❸ Já funcionam em grandes cidades brasileiras os telecentros privados, oferecendo serviços de conexão à Internet e outros serviços eletrônicos a preços competitivos e totalmente sustentáveis, ao mesmo tempo que geram empregos e preparam profissionais com habilidades em tecnologia da informação.
- ❹ O Ministério da Educação deve acelerar os programas que estão colocando computadores nas salas de aula de todo o país. ONGs como o Viva Rio e o Comitê para Democratização da Informática (CDI) contribuem para a alfabetização com apoio financeiro de empresas e fundações — e até do BNDES, do Banco Mundial (BIRD) e do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

O Brasil está quase pronto para o mutirão digital, para promover o desenvolvimento acelerado. É fundamental uma mobilização do país — uma mobilização igual àquela que vemos para organizar e brincar o carnaval, criar uma corrente positiva nas Copas do Mundo de futebol; igual àquela que vimos nas campanha pelas Diretas Já e nas mortes de Tancredo e de Ayrton Senna. Uma combinação de entusiasmo, espontaneidade, espírito cívico e organização popular contagiosa — bem brasileira.

É necessário dar um grande salto. Para tanto, é preciso desenvolver uma visão estratégica definida e estabelecer prioridades e metas claras e objetivas. O uso da telemática para o desenvolvimento econômico, social e político oferece as melhores possibilidades de pagar a dívida social e possibilita ao Brasil assumir uma posição de liderança não somente na América Latina, mas no mundo, principalmente entre os países emergentes. O Brasil, aprendendo em casa, fazendo da inclusão digital uma arma para a inclusão social, econômica e política, pode ensinar outros países pelo bom exemplo e pela relevância de sua experiência. A democracia eletrônica é importante não só para o Brasil e para a América Latina, mas também para a África, para que possamos trilhar o mesmo caminho. É importante também para comprovar que o Brasil pode desenvolver soluções de classe mundial em uso de tecnologia da informação, exportáveis para os países mais avançados, como é o caso das eleições eletrônicas.

## Notas

- 1 Este texto é baseado em Peter T. Knight, “Correr para ficar atrás”, *Banco Hoje*, nº 172, ago. 2003, p. 45, e Peter T. Knight, “Mutirão digital já”, *Banco Hoje*, nº 165, jan. 2003, p. 27.
- 2 Correspondência por e-mail entre Nivaldo T. Marcusso, da Fundação Bradesco, e Peter T. Knight, dez. 2003.